

Identidade psicanalítica: a desconstrução de um significante

Marion Minerbo

O que acontece ao psicanalista quando adota pontos de vista epistemologicamente diversos frente a uma mesma questão-problema? Pode ganhar mobilidade clínica e autonomia com relação à instituição.

A formação de um psicanalista é um percurso. Embora este seja interminável, em algum momento nos sentimos e nos dizemos psicanalistas. Falamos, mesmo, em identidade psicanalítica, referindo-nos à 'parte' de nossa identidade que se constituiu na/por meio de uma família psicanalítica (dentro ou fora de uma instituição). Esta identidade compreende, além de filiação e transferências, um conjunto de representações que determinam o lugar a partir do qual pensamos e praticamos nosso ofício – nosso lugar de competência. As teorias que esposamos, por exemplo, são representações axiais da identidade psicanalítica em virtude de suas repercussões em termos de escuta, postura, técnica, relatos clínicos, escrita psicanalítica, etc.

Ora, se de um lado as identificações são constitutivas do sujeito psíquico, de outro elas são sempre, também, restritivas: por maior que seja o repertório psíquico, ele é limitado ao conjunto das identificações. O sofrimento de que tratamos numa análise se relaciona, como sabemos, aos impasses a que conduz a adesão a certos lugares psíquicos.

Nós, psicanalistas, também aderimos às representações teóricas constitutivas de nossa identidade. Se por um lado isto é condição para analisar nossos pacientes, é também limitante: nossa apreensão clínica é determinada por estas identificações. Seria útil que o psicanalista, tal como o paciente, pudesse relativizar as representações teóricas que o constituem, ampliando, desta forma, as possibilidades de seu ponto de vista.

Em vista disto, proponho ao colega um percurso de desconstrução da 'identidade do psicanalista', uma matriz de desconstrução. Convido-o a partilhar a experiência emocional e intelectual de situar-se, frente a um mesmo problema, em lugares de competência – que são também lugares psíquicos no que concerne à sua identidade psicanalítica - epistemologicamente distintos. A partir destes lugares, uma série de categorias que dependem do lugar teórico-metodológico ocupado serão progressivamente desconstruídas. As conseqüências são

Marion Minerbo é membro efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo e Doutora em Medicina pela Universidade Federal de São Paulo.

surpreendentes no que diz respeito às possibilidades que se abrem, para o benefício óbvio de seus pacientes.

O problema a ser abordado gira em torno de um sintoma apresentado por Bia em certo momento de sua análise: uma compulsão a comprar roupas de *griffe*. Não se trata de um comportamento isolado: tudo pode valer como signo de *status* em todas as classes sociais.

Bia é a mais nova de cinco irmãs, tem em torno de 40 anos, casada, duas filhas, dona de casa. Quando ela tinha dois anos o pai abandonou a família para morar com outra mulher. Segundo ela, o pai 'se esqueceu que tinha uma filha'. Este fato foi vivido por ela como uma recusa, por parte do pai, em reconhecê-la como filha, com graves conseqüências com relação a suas referências identificatórias. A mãe, de família brasileira muito tradicional, viveu este abandono como o fim de sua própria vida. Em seu contexto cultural, 'uma mulher sem marido não é nada'. Nunca mais teve qualquer vida social, cultural ou profissional mergulhada, ao que parece, em profunda depressão narcísica. A análise revelou que as referências identificatórias centrais de Bia dizem respeito à exclusão, por nós denominada, durante o processo, de 'sarjeta'.

A primeira fase da análise, a 'fase das empregadas', revela claramente a indiferenciação Eu/não-Eu. O objeto primário era representado por estas moças com relação às quais apresentava uma dependência extrema; esperava delas um amor ilimitado; não admitia que tivessem outro desejo que não o de servi-la, recusando-lhes qualquer autonomia. A repetição era a regra: idealização inicial, frustração e, por fim, ódio. A cada abandono, frequente em vista do controle tirânico que exercia sobre elas, Bia sentia-se morrer psicicamente. 'Ser ou não ser', era a questão. Esta fase, de luta pela sobrevivência, durou

aproximadamente quatro anos. Na fase seguinte, a 'fase das *griffes*', a questão se deslocava: 'ser quem?, ser o quê?' Bia procurava desesperadamente referências identificatórias.

Um fragmento ilustra esta fase. Bia voltou de viagem e a mala em que estavam todas suas roupas de *griffe* desapareceu. Bia se desespera e se desestrutura psicologicamente. Vive "como um robô", na esperança de reencontrá-la. Descrevia-me carinhosamente os vestidos, as bermudas e os cintos que agora estavam tão longe dela. Imaginava em que aeroporto do mundo a mala poderia estar, à sua espera. Depois de algum tempo a companhia de aviação se ofereceu para pagar uma indenização. Bia recusou, pois era

dirigindo um Mercedes. Ele a toma nos braços, diz-se profundamente apaixonado e promete fazê-la feliz para sempre.

A questão-problema que se coloca a partir do caso diz respeito às condições de possibilidade da compulsão a comprar roupas de *griffe*, seja no caso de Bia, seja em geral. Em outras palavras, qual a natureza da relação psique-mundo tal que um sintoma como este seja possível? Tal questão-problema não se deixa responder facilmente. Várias são as abordagens teórico-metodológicas possíveis. Identificamos na literatura quatro caminhos, situados em distintos níveis epistemológicos: quatro versões sobre a relação psique-mundo que produzem respos-

A desconstrução visa produzir deslizamentos de sentido, de modo a abrir fissuras em certezas incontestáveis.

o mesmo que dar a mala por perdida. Neste caso, ela teria que ir à Suíça para comprar outro vestido idêntico da *griffe* A, a Miami para achar o mesmo cinto da *griffe* B, e assim por diante. Parecia-lhe mais viável esperar por mais algum tempo, até que a mala fosse localizada. Três meses depois a mala voltou, e a alegria de Bia só pode ser comparada à da volta de um filho sequestrado.

Um sonho: está numa casa linda e enorme, do tipo "E o Vento Levou". Ela está prometida em casamento a um homem que não conhece. Tocam a campainha, é ele. Abre a porta e vê diante de si um homem lindo, vestindo uma capa Hermés, com uma echarpe Hermés,

tas diferentes, todas elas coerentes com os pressupostos teóricos que as fundamentam. A justaposição destas versões tem como efeito a desconstrução da "identidade psicanalítica".

Uma matriz de desconstrução

A invariante desta matriz é uma operação metodológica, a desconstrução. Rosenau¹ a define como uma estratégia de pensamento pós-moderna que incide sobre a linguagem; visa produzir deslizamentos de sentido de modo a abrir fissuras em certezas incontestáveis, relativizando-as. Ao procurar compreender as condições de possibilidade de um

sintoma, produzimos um deslizamento de sentido em todas as categorias necessárias à sua compreensão: a) uma concepção de psique e seu corolário, a relação psique-mundo; b) um determinado 'recorte de mundo'; c) uma concepção implícita, e decorrente das categorias anteriores, de 'fato psicopatológico'. Este deslizamento de sentido operado sobre as mesmas três categorias conduz o psicanalista a revisitar criticamente seus pressupostos, relativizando suas certezas e confrontando-se com sua inserção institucional.

Para tornar mais vivo o percurso pela matriz, proponho uma pequena ficção. Imaginemos um psicanalista que, tendo terminado sua formação em alguma instituição, atende seus pacientes e pensa sobre sua clínica. Acompanhemos, com ele, as metamorfoses pelas quais passará sua apreensão de Bia à medida que percorre a matriz de desconstrução, atentos aos efeitos do percurso sobre sua identidade psicanalítica.

Nosso colega 'entra' na matriz e adota prontamente a perspectiva teórica da primeira versão. O pressuposto que a sustenta é um conceito de psique que coincide sem problemas com o inconsciente, estrutura individual comprometida pelo trauma psíquico que está 'dentro', e 'pertence' ao sujeito. Sua disfunção, à maneira de uma seque-

la, pode ser remetida à história emocional singular e se expressa por meio do sintoma.

Ele entende a relação psique-mundo como sendo essencialmente projetiva/introjetiva e, desta perspectiva, o mundo é (além do objeto primário) o objeto externo cujo sentido emocional nasce de 'dentro', isto é, a partir da projeção dos objetos internos.

Ele vê Bia como uma paciente que apresenta uma estrutura narcísica de personalidade cuja solução sintomática é favorecida pela cultura. Seu terror da 'sarjeta' desencadeia angústias de natureza psicótica; as *griffes* funcionam defensivamente como uma 'anti-sarjeta', permitindo um precário equilíbrio psíquico. A *griffe* é um objeto externo 'escolhido a dedo' sobre o qual ela projeta seus aspectos narcísicos.

Ao conceber o sintoma de Bia como solução para seus conflitos nosso colega entende a psicopatologia como uma ocorrência ou um fato individual, isto é, como uma afecção do 'órgão psíquico' - a personalidade - cuja patoplastia, neste caso, foi determinada pela cultura.

Nossa personagem se deixa conquistar pela coerência interna da primeira versão, aceitando como verdadeira a interpretação proposta para o caso Bia. Neste ponto, em que o colega poderia finalizar seu estudo caso se tratasse de uma monografia clínica, ele é convida-

do a sair do conforto de suas crenças e a mudar de perspectiva adotando, agora, os pressupostos da segunda versão. Não deixa, entretanto, de registrar o valor deste primeiro *insight*: a resposta à questão-problema é provisória! O percurso está apenas se iniciando e outras respostas deverão surgir.

Na segunda versão o psicanalista se depara com um primeiro movimento de desconstrução do conceito fundamental da psicanálise, o conceito de *psique*. Entra em cena, ao lado da família edipiana, a família sociológica e, com esta, a dimensão de historicidade da psique.

É quando ele percebe a reificação subreptícia do conceito de psique na primeira versão: concebida independentemente do universo sociocultural, tal psique se aproximava, inadvertidamente, de um *cérebro metafórico*². A crise de identidade se manifesta por um desconforto que logo se resolve com a desconstrução recém-operada. É claro que a psique não pode ser concebida fora da história!

Ao prazer da descoberta segue-se um período de angústia, pois sabe que deverá elaborar e integrar, intelectual e emocionalmente, esta descoberta. Por exemplo, a noção da universalidade do Édipo com suas particularizações em cada época e lugar³.

A alteração de rota promovida pelo encontro entre psicanálise e sociologia em sua compreensão do psíquico terá, ainda, conseqüências de vulto no que diz respeito às outras categorias da segunda versão. O *recorte de mundo* se amplia consideravelmente pela inclusão da família sociológica; a *relação psique-mundo* repousa também sobre a articulação entre esta e a família edipiana.

Do ponto de vista da *psicopatologia*, ele passa a ver Bia como um caso exemplar de *narcisismo regenerador*⁴, sofrimento que caracteriza o mal-estar em nossa cul-

O psicanalista é conduzido a revisitar criticamente seus pressupostos, relativizando suas certezas e confrontando-se com sua inserção institucional.

tura. A angústia de Bia, que toma a forma do horror à exclusão - a 'sarjeta' - é constantemente tematizada pela sociedade de consumo que tem, de fato, o poder de exclusão social dos menos favorecidos. Neste sentido há a soma, uma potencialização entre uma problemática individual e social. A *griffe* faz parte da constelação de elementos narcísicos que a sociedade de consumo nos oferece como reparação - ainda uma solução sintomática, como na primeira versão - aos danos narcísicos que ela mesma produz.

Passando do caso singular para o geral, ele percebe que a subjetividade de nossa época mostra traços acentuados de narcisismo. Apesar da satisfação em perceber que o saber psicanalítico foi requisitado e utilizado por outra disciplina, preocupa-se em ver um diagnóstico psicanalítico atribuído a uma condição social. Percebe-se diante de uma faca de dois gumes. De um lado, deve redobrar os cuidados metodológicos para não descaracterizar sua disciplina; nem por isto ele deve descartar defensivamente os aportes da disciplina vizinha sob algum pretexto de fácil racionalização.

O psicanalista ainda concebe a psicopatologia como uma afecção individual, mas agora admite também algum papel patogênico da própria cultura, que marca a subjetividade de todos nós. Apesar dos problemas relacionados à idéia de uma 'cultura patogênica', sua crença no fato psicopatológico enquanto categoria empírica fica abalada. Ele percebe que o movimento de desconstrução de psique repercute diretamente em sua maneira de conceber o fato psicopatológico que fica, desde já, relativizado.

Não obstante sua angústia, ou graças a ela, o psicanalista acaba por elaborar este momento crítico repensando suas referências teóricas. Curiosamente, sente-se fortalecido em sua identidade; seu pensamento parece abarcar melhor a comple-

Mundo, na terceira versão,
são os sistemas simbólicos
instituídos que nos
precedem e constituem o
fundo de nossa vida
psíquica.

xidade; sente-se um pouco menos ingênuo; mostra-se, ademais, capaz de abandonar um certo grau de dogmatismo e rigidez. Entretanto, a leitura da tese não terminou. O psicanalista se vê convidado a prosseguir, adotando agora uma terceira perspectiva.

A terceira versão

Na *terceira versão* o psicanalista se dá conta de que o processo de desconstrução do conceito de psique avançou mais um passo. Não apenas a subjetividade recebe as marcas da época como, radicalizando esta proposição, não há psique fora da cultura e das instituições daquela época. Em outras palavras, elas são as próprias *matrizes do sujeito psíquico*⁵.

Simultaneamente à desconstrução do conceito de psique, ele vê a concepção de *mundo* tornar-se mais complexa e abstrata. Mundo, nesta versão, são os sistemas simbólicos instituídos que nos precedem e constituem o fundo de nossa vida psíquica. Firmemente guiado pelo caso Bia, o psicanalista aceita considerar os aportes de outra disciplina vizinha, a antropologia. Não há como escapar ao estu-

do da sociedade de consumo, particularmente a publicidade, enquanto sistema cultural, tanto em sua dimensão simbólica quanto imaginária.

Ele vê a *relação psique-mundo* progredir rumo à desconstrução da dicotomia entre estas duas categorias. Não cabe mais afirmar, como na versão anterior, que 'as condições socioculturais afetam o desenvolvimento psíquico', já que esta afirmação pressupõe, de alguma forma, duas entidades relativamente independentes que se articulam, somam ou potencializam. O psicanalista reavalia criticamente os vários graus de dicotomia entre psique e mundo implícitos nas versões anteriores, responsável por alguns dos limites e contradições apontados.

A relação psique-mundo agora é concebida como uma continuidade entre 'dentro' e 'fora' propiciada pela linguagem. O sujeito psíquico se constitui no seio das instituições, por meio de um *contrato narcísico*⁶ firmado com elas. De um lado, elas lhe garantem referências identificatórias; em troca ele se compromete a reproduzir seu discurso. O psicanalista reconhece aqui uma outra versão - uma releitura - do conceito de identificação, (diferente da primeira versão), em que a instituição tem um papel ativo na constituição do sujeito psíquico.

Delineia-se, também, um novo sentido para a *griffe* que ressurgue, nesta versão, como significação instituída⁷. É a publicidade, enquanto sistema simbólico, que estabelece a equação *griffe* = nome, conferindo-lhe o poder de nos dizer quem somos e funcionando, em algum grau, como referência identificatória para todos nós. Não é mais Bia que cria projetivamente a *griffe* (versão I), mas a *griffe* que cria Bia (suas referências identitárias).

Este novo cenário lhe permite, certamente, um outro olhar sobre Bia e seu sintoma: a sociedade de consumo a resgata da 'sarjeta' gra-

ças à *griffe*. Ela recebe desta instituição a maior parte de suas referências narcísicas, mas paga o benefício auferido com a quase totalidade de seu espaço psíquico. A *griffe* está dentro de Bia sustentando-lhe a identidade, funcionando como uma espécie de prótese psíquica. Bia não vive mais sem elas: está completamente dependente, viciada.

Nesta altura da terceira versão nosso colega se dá conta, novamente, do intenso desconforto que experimenta; reconhece, provavelmente, estar atravessando mais um momento crítico no que diz respeito à sua identidade enquanto psicanalista. É que sua crença no fato psicopatológico enquanto entidade nosológica empírica está definitivamente abalada. Não pode mais vê-lo como afecção do órgão psíquico individual que se intensifica em condições socioculturais adversas. Um terceiro movimento de desconstrução deixou escancarada a relação visceral entre psicopatologia e linguagem. Seu olhar já não se detém apenas sobre Bia e seu sintoma; já não pode isolar, como o fez acompanhando as versões anteriores, a paciente deste sistema simbólico específico. Como se não bastasse, a este novo olhar o sintoma de Bia mostra-se também como um sintoma de nossa cultura - e portanto de todos nós, inclusive o próprio psicanalista!

Nosso colega percebe o quanto se afastou da idéia de que a cultura seria um mero elemento da patoplastia, moldando aspectos acessórios do sintoma. Acaba, também, de reformular o sentido em que a cultura pode, com legitimidade, ser dita patogênica: é que cada cultura traz, em seu bojo, as condições de possibilidade da psicopatologia. Estas condições se atualizam, isto é, se tornam positivas, quando o sujeito psíquico individual estabelece um contrato de exclusividade com determinada instituição, como é o caso de Bia.

Apesar de persistir, ainda, a penosa sensação de ter sido abalado em suas certezas, é com alívio que o psicanalista reconhece ter deixado de responsabilizar ('culpar') o inconsciente de Bia pelo sintoma. Até certo ponto ela é vítima, como todos nós, de uma instituição poderosa que necessita, para sobreviver, de apropriar-se do espaço psíquico de todos. Sua história de vida apenas fez dela uma presa mais fácil - porque mais vulnerável do que o consumidor comum - das malhas desta instituição. Sua escuta

perspectiva Bia continua sendo 'doente'; por outro lado, todos nós, em momentos de maior vulnerabilidade, podemos nos tornar mais dependentes do consumo para equilibrar nossa homeostase narcísica. Estas conclusões têm repercussões imediatas no campo da ética e da terapêutica. No que diz respeito à ética, se agora não é mais possível 'culpar' Bia por seu sintoma, ele também não deseja nem pode abandonar a idéia de responsabilidade psíquica visada pela psicanálise, sintetizada pelo conceito de posição

O psicanalista deve avaliar criticamente a natureza do contrato narcísico que ele mesmo estabeleceu com a instituição psicanalítica.

se torna subitamente sensível a certas falas de Bia como por exemplo, "eu sou como todo mundo e querem que eu acredite que sou louca" ou "a família de meu marido só respeita quem é alguém nesta vida".

Alivia-se também ao perceber que, apesar das possibilidades que se abrem em sua escuta, não precisa abandonar a distinção entre normal e patológico; tampouco é necessário negar a importância do diagnóstico psicanalítico, cuja utilidade na condução do processo analítico ele bem conhece. Basta redefinir estes conceitos, agora não mais como um exagero de traços normais - definição meramente descritiva que não seria coerente com os pressupostos mais básicos de qualquer psicanálise - mas como uma relação de dependência total e exclusiva com relação à psique institucional e dissenso simbólico. Desta nova

depressiva. Ao normatizar e institucionalizar certas formas de ser, como por exemplo a voracidade e o narcisismo, a sociedade de consumo procura desqualificar a própria idéia de responsabilidade psíquica, dificultando-a efetivamente. Nosso colega deverá considerar também a possibilidade de áreas de ineficácia terapêutica, uma vez que a própria psicanálise pode ser transformada em *griffe*. Paciente e analista - ambos psiquicamente dependentes das instituições do consumo - não têm como escapar à lógica simbólica que opera transformando absolutamente tudo, desde um relógio até o próprio exercício profissional em sinal de prestígio pessoal. Instituições de ensino, analistas com quem se formou, autores e temas estudados, tudo isto pode assumir, no espaço psíquico do analista, a mesma função que as *griffes*

para Bia. Assim, em plena crise identi-tária, o psicanalista deve avaliar criticamente a natureza do contrato narcísico que ele mesmo estabeleceu, até então, com a instituição psicanalítica. É quando tem um novo *insight* e percebe que, em troca de um saber sólido e confiável sobre o qual estruturar sua identidade psicanalítica, ele havia reproduzido, sem questioná-lo, o discurso instituído no que diz respeito ao conceito central de sua disciplina. Não lhe passava pela cabeça questionar, de um ponto de vista epistemológico, o conceito de psique enquanto estrutura individual e localizada 'dentro' do sujeito. Conseqüentemente, jamais lhe ocorreria considerar que as condições de possibilidade para a psicopatologia de Bia são inextricáveis da cultura/linguagem. Agora percebe que a solidez, maior ou menor, do saber sobre o qual se apóia sua identidade, depende diretamente do grau de complexidade teórica que puder tolerar; a confiabilidade de seu instrumental passa necessariamente por uma reflexão epistemológica sobre os fundamentos de sua disciplina. Quanto maior for sua necessidade de simplificar a teoria, mais frábil serão os pilares que a sustentam. O caso Bia propõe questões que lhe exigem outros instrumentos teóricos, além daqueles que a instituição havia oferecido como sendo os únicos possíveis.

Tomando distância e encaminhando-se para a resolução da crise, ele percebe que o inconsciente não é um objeto natural, mas um recorte operado pelo método psicanalítico sobre o campo da linguagem. Em outras palavras, a psicanálise detém o monopólio, não sobre uma realidade natural, o inconsciente, mas sobre o método que cria este objeto de estudo e de intervenção terapêutica. Uma conclusão deste tipo fere os interesses da instituição na medida em que seu objeto e seu âmbito de ação ficam ameaçados.

Antes deste percurso ele acreditava que a instituição lhe dava plena liberdade de movimentos ao abrir um leque de opções entre uma aproximação freudiana, kleiniana, bioniana, kohutiana, winnicottiana, greeniana, laplanchiana, fédidadiana e outras, no que diz respeito à clínica. Embora esta liberdade permita também várias abordagens para o caso Bia, a maior parte delas espousa um conceito de psique enquanto estrutura individual que 'pertence' ao sujeito (versões I e II). Assim sendo, não representam qualquer risco para a instituição; ao contrário, seu saber sobre o inconsciente se naturaliza. A pseudoliberalidade oferecida acaba por reforçar a inércia mental do analista da mes-

O inconsciente
não é um objeto
natural, mas um recorte
operado sobre
o campo da linguagem.

ma forma que oferecendo ao consumidor a opção entre os produtos A, B,...Z, a sociedade de consumo procura tornar impossível pensar de outra forma.

Neste sentido, uma eventual matriz de autores não teria o mesmo efeito crítico que a matriz desconstrutiva. Ao passar de uma versão para outra ele não veria seus pressupostos questionados nem suas certezas relativizadas. Ele teria, provavelmente, uma experiência de ecletismo e concluiria, acer-

tadamente, pela relatividade de todo saber. Mas correria o risco de acreditar, seja que a teoria é inútil, seja que todos os autores se equivalem, passando a produzir seu próprio conhecimento *ad hoc*, acrescentando seu próprio nome à matriz.

Ainda, numa matriz de autores o sentido assumido por cada objeto - por exemplo, o sentido do patológico em psicanálise, ou o sentido da *griffe* - não se modificaria em absoluto. Ao contrário, a certeza de que a patologia se aloja 'dentro' de Bia seria reforçada assim como a certeza de que a *griffe* é um objeto empírico cuja ontologia não está em discussão. Ele não teria a experiência simultânea de desconstrução dos objetos/relatividade de suas certezas, ambas promovendo uma saudável e temporária crise de identidade psicanalítica.

Ao fim da terceira versão nosso colega perdeu de vez sua ingenuidade teórica; está, sem dúvida, satisfeito com o desenvolvimento alcançado. Por outro lado, angustiase por saber que deverá assumir a responsabilidade de um exercício clínico bem mais complexo do que imaginara. Para ser fiel a tudo o que descobriu deverá encontrar uma maneira de promover a integração entre um trabalho clínico com o inconsciente do paciente, mas agora tomando em consideração duas novas frentes: a instituição psicanalítica e o próprio real.

Nosso psicanalista, cujo percurso pela matriz de desconstrução estamos acompanhando, entende que acaba de passar por um breve processo analítico, a julgar pelo efeito interpretativo experimentado, em tudo comparável ao efeito que suas interpretações produzem em seu paciente. Este se limita, evidentemente, à área de sua identidade que se constituiu na e pela instituição psicanalítica. Com o último *insight*, relativo à efetiva complexidade de seu trabalho, ele se vê diante da clínica enquanto objeto total; suas especulações sobre a possibilidade de

incluir o real e guiar-se pelo método em suas interpretações correspondem, por assim dizer, à posição depressiva; ele compreende, enfim, por que o ofício do psicanalista tem sido considerado, desde Freud, uma “atividade impossível”.

Nosso colega cedeu parte de sua sustentação identitária em seu percurso pela matriz na medida em que aceitou ser, temporariamente, três psicanalistas diferentes; simultaneamente, experimentou realidades distintas: as três aproximações ao caso Bia. Ao fim do percurso recuperou, ao que parece, sua identidade psicanalítica fortalecida. A mobilidade recém-adquirida por seu pensamento, que pode agora transitar por qualquer uma das versões apresentadas, é sinal de cura. Em outras palavras, ele relativizou suas certezas teóricas sem, contudo, dispensar a teoria. Não se transformou num iconoclasta, mas já não tem crenças sagradas e intocáveis. Conseguiu alguma autonomia com relação à instituição sem, contudo, romper com ela. Ganha o analista e ganha o paciente.

A quarta versão

Confortável em sua identidade psicanalítica, ele agora está pronto e aberto a novas experiências, curioso com a possibilidade de uma quarta versão. Já não teme tanto as eventuais crises identitárias que porventura tenha que enfrentar.

O conceito de *ato puro* diz respeito a uma nova lógica simbólica, típica do império da imagem que se encaixa e ganha positividade numa nova forma psicopatológica: a psicose de ação.

O percurso pela matriz de desconstrução se inicia, como sempre, com mais um passo na desconstrução do conceito de psique, agora bastante radical. Psique é a ordem de determinação das significações operantes numa dada época e cultura. A própria linguagem, que na versão anterior precede e funda o sujeito psíquico, está sendo tomada em sua positividade, admitindo seu próprio campo de determinações que é o inconsciente de nossa época.

Nosso psicanalista experimenta novo desconforto em sua identidade. Na versão III a linguagem estruturava o inconsciente, e agora lhe propõem passar da água para o vinho e tomá-la como positividade. Felizmente, sua curiosidade é maior e aceita, com relutância, a idéia de algo ‘anterior’ à própria linguagem, o inconsciente de uma época. As aspas designam uma anterioridade lógica, uma vez que só há psique encarnada nas coisas do mundo, o que inclui a linguagem. Psique é a forma lógico-emocional do mundo, e mundo é forma positiva da psique. Esta fórmula sintetiza também o que se entende por relação psique-mundo. O derradeiro movimento de desconstrução desta categoria abole definitivamente qualquer ranço de dicotomia entre psique e mundo, implodindo com a própria idéia de anterior e posterior. Mas qual poderia ser a vantagem desta nova transmutação do conceito de psique?

Ao adotar o ponto de vista que considera o inconsciente de uma época ele toma distância da sociedade de consumo e do caso Bia para olhar para o ‘mundo’, já que tudo é forma positiva da psique. Graças a este novo olhar, que lhe permite uma visão de conjunto, constata que há, em nossa época, inúmeros sintomas culturalmente determinados e que Bia é um caso entre outros. A bulimia e anorexia nervosa são bem conhecidas, mas subitamente ele percebe quantos comportamentos comuns, cotidianos, podem se transformar em verdadeiros vícios. Acorde-lhe à memória o caso daquela sua paciente que parecia viciada em sexo, e que depois trocou os parceiros sexuais pela parceria - também viciada - com o computador.

O psicanalista passa a se perguntar o que poderia estar determinando este modo de ser que transcende as instituições particulares no seio das quais se estruturou a singularidade do sujeito psíquico. Interessam-lhe as condições de possibilidade de uma forma de subjetividade tão propensa a viciar-se em certos comportamentos. Assim, em lugar de investigar cada sistema simbólico em particular, pergunta-se pela lógica inconsciente de nossa época - talvez uma nova forma simbólica - subjacente e fundante de um modo de ser que atravessa todo o tecido social, todas as instituições e, obviamente, o sujeito psíquico singular.

A dimensão social-histórica do inconsciente ou imaginário radical⁸ da pós-modernidade opera mediante uma lógica que promove um divórcio entre o ato e a finalidade que visava atingir. O conceito de ato puro⁹ diz respeito a uma nova lógica simbólica, típica do império da imagem, que se encarna e ganha positividade numa nova forma psicopatológica, a psicose de ação. Nesta, a representação já não se sustenta apenas como representação psíquica, coagulando-se em forma de ato e requerendo sua repeti-

ção contínua para sobreviver. Neste sentido, o ato puro difere radicalmente do *acting out*, que está no lugar da representação e tem valor simbólico.

O ato puro, sintoma da crise da representação, está relacionado à excessiva visibilidade do processo de fabricação do cotidiano pelos sistemas de produção de imagem. Por minar cada vez mais a credibilidade na representação, esta nova condição da realidade, a hiper-realidade, acabou por levar a representação a ter que se refugiar no ato, de cuja concretude e eficácia não se pode duvidar. A lógica do ato puro opera, pois, transformando a representação em ato. Uma vez

A lógica simbólica do ato puro opera transformando a representação em ato.

desvinculado de suas finalidades, este ganha autonomia e nada o impede de proliferar infinita e loucamente até voltar-se contra o sujeito da ação.

Neste ponto nosso colega retorna a suas observações cotidianas e reconhece esta mesma lógica em outros 'vícios' contemporâneos. O ato de comprar, que em outras épocas seria um meio necessário para se atingir uma finalidade qualquer, tornou-se um fim em si mesmo. Ele entende que as representações da identidade do sujeito que se constitui no seio deste imaginário, estando agora alocadas no ato,

sustentam-se mediante sua repetição. Em outras palavras, a finalidade do ato é, agora, sustentar a identidade do sujeito: 'faço, logo sou'.

Num novo movimento de desconstrução, ele se dá conta de que a psicologia atinge o inconsciente da época e apenas 'secundariamente' pessoas e instituições. É patológica a restrição das formas de ser possíveis, determinadas por lógicas diversas, a uma única lógica, a do ato puro. Neste sentido, invertendo a proposição da versão anterior, Bia não é a exceção alienada. Ao circunscrever a alienação a uns poucos indivíduos a versão anterior opacifica uma outra verdade: nós todos somos a regra e não há exceção. Não há como escapar ao inconsciente que determina o modo de ser psíquico de tudo e todos em cada época. Por ser um tipo exemplar, Bia denuncia a forma de ser do mundo em que vivemos e não apenas da sociedade de consumo.

Ele agora se pergunta: como compreender a direção, tão variável, que o ato puro pode assumir nestes vários comportamentos? E por que Bia compra *griffes*, e não panelas? E então ele percebe que todas as formas de ato puro estão ligadas, de alguma maneira, ao narcisismo. A dieta e o exercício visam o corpo enquanto ideal estético ou máquina bem cuidada; a Internet representa a inserção prestigiosa na era da informática; trabalho e dinheiro representam poder e portanto prestígio para o homem; o prazer, a felicidade e a alegria são emoções prestigiosas que podem estar representadas pelo sexo, comida, bebida, drogas, lazer; mesmo a violência gratuita pode funcionar como sinal de prestígio para gângues de adolescentes; a *griffe* é sinal de prestígio social. Quanto às panelas, há as de *griffe* e as meramente funcionais - caso em que não poderiam se transformar em mote do ato puro já que não apresentam valor narcísico para o

sujeito. O psicanalista percebe que os 'conteúdos' do ato puro são contingentes e 'secundários' com relação à lógica que os determinam.

Do ponto de vista da quarta versão ele compreende a compulsão a comprar roupas de *griffe* como um delírio em forma de ato, já que o ato puro é uma representação em ato. Bia não pensa que é Calvin Klein, o que poderia corresponder a um novo conteúdo para o tão conhecido delírio de nobreza ou grandeza. Caso ela assim pensasse, estaria criando uma representação de si, embora delirante. Bia experimenta a necessidade incompreensível e irreduzível (ela pertence a uma camada social privilegiada) de provar sua inserção social. Na impossibilidade - em função da fragilidade da representação na era da imagem - de criar representações mentais, a solução é preencher o vácuo com atos-representação: a compra compulsiva da roupa Calvin Klein. Em duas palavras, as representações de nobreza estão alocadas no ato de comprar *griffes*.

Ora, diz nosso colega, todo este esforço apenas para conseguir uma quarta maneira de olhar para Bia? Bastante interessante, não se pode negar, mas agora esta autora inventará uma quinta, uma enésima versão? Entretanto, quando ele dirige seu olhar para a diversidade de comportamentos que, quando atravessados pela lógica do ato puro, podem transformar-se em formas de psicose de ação, sua decepção se desvanece. O psicanalista compreende que a perspectiva teórica adotada na quarta versão fez surgir diante dele, a partir da interpretação do caso Bia, um novo fato psicopatológico específico da pós-modernidade, o delírio em forma de ato.

Neste ponto nosso psicanalista precisa ser muito cuidadoso. Não é improvável que, entusiasmado com esta descoberta, passe a acreditar que finalmente alguém descobriu a verdadeira natureza do mal que afeta Bia e outros que, como ela, pa-

decem de sintomas culturalmente determinados. Ninguém está completamente a salvo de vir, um dia, a atribuir um valor de verdade a uma descoberta qualquer, apesar das reiteradas afirmações em contrário. É que a transferência com este ou com aquele autor pode nos pregar uma peça recobrando com um caráter de certeza e verdade o que é apenas relativo.

Todo seu esforço em percorrer esta matriz teria sido inútil caso não pudesse, ele mesmo, desconstruir e relativizar a verdade que acaba de descobrir acerca da psicose de ação. E é justamente isto o que nosso psicanalista vai fazer, prosseguindo em seu percurso.

Desconstruindo as desconstruções

“Então é assim que se fazem as descobertas!”, pensa ele, ainda mais entusiasmado do que antes. Adota-se um novo olhar e novos fatos se materializam diante do observador! Volta-se ao olhar anterior e o fato desaparece! Os fatos são, portanto, relativos, isto é, dependem radicalmente do olhar do observador. Com isto, pondera ele, é o próprio caso Bia que está sendo, finalmente, desconstruído enquanto ‘caso clínico’. A cada versão tratava-se, afinal, de outro ‘caso Bia’; por um efeito de superfície, este parecia ser a invariante que atravessa todas as versões.

Não se trata, evidentemente, de negar a materialidade do fato, já que o caso Bia realmente conduziu o psicanalista da primeira à última versão. Trata-se de não perder de vista que quando apresentamos um caso estamos sempre apresentando uma versão do caso; que toda versão, bem como o diagnóstico que se possa fazer sobre um caso (ou se recusar a fazer) contém, necessariamente, o olhar teórico do psicanalista.

Retomando a última versão, o

psicanalista reconhece que Bia ‘é um caso de psicose de ação’. As aspas indicam que:

a) ele tem plena consciência de que não há casos puros, e sim uma combinação variável de elementos de várias patologias, entre as quais agora figura a psicose de ação. Ao refletir sobre sua clínica e a de seus colegas, ele reconhece, no modo de ser de vários pacientes, traços mais ou menos acentuados desta patologia: ‘casos’ de psicose de ação.

b) ele já está suficientemente

Quando apresentamos um caso, estamos sempre apresentando uma versão do caso: toda versão contém um olhar teórico.

‘escolado’ para saber que este novo fato psicopatológico só tem realidade dentro destes pressupostos teóricos. Sabe perfeitamente que não há uma entidade nosológica empírica denominada psicose de ação. Está pronto a desconstruir imediatamente o caráter de verdade que ele mesmo poderia ser tentado a lhe atribuir: o ‘é’ da frase significa, no que diz respeito à psicose de ação, uma ontologia relativizada.

Apesar disto ele não se sente absolutamente lançado num ceticismo cínico ou paralisador. Ao contrário, ele está plenamente comprometido com o valor da quarta versão e, ao mesmo tempo, é perfeitamente capaz de contextualizá-la.

Afinal, ele sabe que não é pouca coisa propor uma nova maneira de olhar para Bia e para outras pessoas que, como ela, sofrem por apresentar sintomas culturalmente determinados. Ao nomear este novo fato psicopatológico de psicose de ação ele (o fato) passa a ter direito de cidadania. Nomear é o primeiro passo, absolutamente fundamental, para que um fenômeno possa existir e portanto ser estudado.

Ao reunir um conjunto de observações esparsas a respeito da forma psicopatológica específica da pós-modernidade em torno de uma lógica comum (a lógica do ato puro), denominando-a psicose de ação, abre-se um campo prospectivo para novos estudos. A possibilidade de inserir sintomas com aparências diversas numa mesma linhagem nosológica parece justificar a criação de um nome. O trânsito do geral para o particular e vice-versa pode agora ser efetuado. É evidente que, se esta categoria nosológica não se mostrar produtiva, ela será simplesmente abandonada. É com alento e esperança que ele vê esta abertura em vista da incidência crescente de pacientes que o procuram com sintomas desta natureza. ■

NOTAS

1. Rosenau, *Postmodernism and the Social Sciences*, Princeton University Press, 1992.
2. Expressão de F. Herrmann *O Divã a Passeio*, São Paulo, Brasiliense, 1992.
3. R. Mezan, “Violinistas no Telhado” in *A Sombra de Don Juan e Outros Ensaios*, São Paulo, Brasiliense, 1993.
4. Expressão de J. Freire Costa: “Sobre a Geração AI-5: Violência e Narcisismo” in *Violência e Psicanálise*, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1986.
5. Expressão de M. Guirado: *Psicanálise e Análise do Discurso: Matrizes Institucionais do Sujeito Psíquico*, São Paulo, Summus Editorial, 1995.
6. Expressão de P. Aulagnier: *A Violência da Interpretação*, Rio de Janeiro, Imago, 1979.
7. J. Baudrillard, *A Sociedade de Consumo*, Lisboa, Edições 70, 1970.
8. Expressões de C. Castoriadis: *L’Institution Imaginaire de la Société*, Paris, Éditions du Seuil, 1975.
9. F. Herrmann, *Psicanálise do Quotidiano*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.